

1 bilião de dólares para ADIN: Nova dívida não declarada ao Parlamento?



Presidente da República, Filipe Nyusi, na cerimónia de lançamento oficial da ADIN

O Governo está a mobilizar um bilião de dólares para financiar as actividades da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. O anúncio foi feito na semana passada pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, o governante res-

ponsável pela tutela administrativa da instituição. A mobilização do financiamento é feita antes mesmo da aprovação do plano estratégico da ADIN, denominado Estratégia Resiliente do Desenvolvimento Integrado do Norte. O documento ainda está em consulta pública nas três províncias onde serão implementados os projectos da agência de

desenvolvimento da região norte.

Criada em Março de 2020 pelo Conselho de Ministros, a ADIN tem como mandato promover acções de carácter multiforme com vista ao desenvolvimento sócio-económico das províncias de Cabo Delgado, Niassa, e Nampula; e promover a criação de emprego para os jovens do norte de Moçambique como forma de os desencorajar a juntar-se aos grupos terroristas que têm protagonizado ataques nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado desde de Outubro de 2017. Através de projectos de desenvolvimento socioeconómico e de criação de emprego para jovens, a agência pode desempenhar um papel estratégico na eliminação das causas internas do conflito ou dos problemas locais que tornam a juventude vulnerável a recrutamento pelos grupos terroristas.

Mas a forma como o financiamento está a ser mobilizado pode comprometer os resultados esperados: recorrer ao endividamento público para mobilizar um bilião de dólares vai agravar a já insustentável dívida pública. Segundo o Cenário Fiscal de Médio Prazo (Quadro Macro Fiscal 2022 – 2024) aprovado recentemente pelo Governo, a dívida pública alcançou 93% do PIB em 2020. De entre os factores que contribuíram para o agravamento da dinâmica da dívida pública em 2020 destacam-se a tendência de depreciação cambial, aumento da dívida interna e externa face à necessidade de incorrer às despesas para mitigar os choques climatéricos adversos e a pandemia da Covid-19.

Assumindo o cenário moderado, o Ministério da Economia e Finanças faz notar que a tendência é de melhoria da trajectória da dívida pública de 2022 a 2024, de 89% para 80% respectivamente. Ainda assim, a dívida pública permanece a níveis acima do limite prudencial de endividamento em relação ao PIB, que é de 40%. Este quadro implica que o País continuará a apresentar uma pressão fiscal significativa decorrente, em parte, das flutuações cambiais, o que poderá acarretar a necessidade da reestruturação da dívida. O Cenário Fiscal de Médio Prazo 2022 – 2024 mostra que o serviço da dívida pública deverá aumentar ligeiramente em relação ao PIB entre 2021 e 2022, em dois pontos percentuais (2pp), “reflectindo as despe-

sas com juros nominais que incidem sobre a dívida pública, significando um aumento maior do pagamento de juros e dos encargos da dívida pública”.

Ao que tudo indica, a elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo (Quadro Macro Fiscal 2022 – 2024) não tomou em consideração as necessidades de financiamento da ADIN, cujo valor (um bilião de dólares) deverá ter implicações graves na gestão da dívida pública. Aliás, o financiamento da ADIN não está reflectido no Cenário Fiscal de Médio Prazo (2022 – 2024) porque a sua mobilização está a ser feita fora do mecanismo normal de governação em Moçambique, designadamente fora do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado. “O Ministro da Economia e Finanças devia apresentar a proposta de financiamento da ADIN à apreciação da Assembleia da República para que seja aprovado dentro do sistema nacional de governação e de gestão das finanças públicas. Permitir que se mobilize um bilião de dólares fora do sistema nacional das contas públicas estamos a voltar a fazer novas dívidas ocultas”, comentou Adriano Nuvunga, director do CDD.

Adriano Nuvunga defende que o Governo deve encontrar outra forma de financiamento da ADIN que não seja através de endividamento público. “Quando há esse tipo de projectos, é em sede dos contratos com as multinacionais que deve ser garantido o financiamento para o desenvolvimento local. Porque o desenvolvimento do norte de Moçambique visa, em última instância, criar um ambiente de aceitação dos projectos de exploração de gás natural”.

Mais do que resolver problemas de desenvolvimento, o endividamento público para financiar a ADIN em um bilião de meticais vai causar outros problemas para a economia nacional. “É possível encontrar formas de as multinacionais adiantarem o dinheiro para o Estado moçambicano para garantir o desenvolvimento local. Quando a produção começar, lá mais para frente, as empresas podem fazer esse desconto sem onerar o Estado com dívidas. Moçambique está a tornar difícil a monetização dos projectos porque está numa situação de dívida insustentável”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beúla

Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

